

O PROBLEMA NACIONAL DOS PAINÉIS

O MAIS ELOQUENTE DOCUMENTO NÃO OFERECE «LEITURA» CORRECTA

Por JOSÉ DE BRAGANÇA

NUMA das reuniões semanais de estudo do Museu de Arte Antiga, com que o seu director louvavelmente procurava alargar o âmbito da sua actividade, animando a livre discussão entre os

estudiosos de assuntos de arte, recordo-me de lhe ouvir dizer — talvez menos por cepticismo ou menos-prezo do valor da crítica que pelo desejo de espicaçar revelações inéditas:

— Eu só darei crédito a nova atribuição dos Painéis se tiver diante de mim o documento autêntico da encomenda.

Ao que eu me permiti temperar que, felizmente tínhamos diante de nós o melhor documento possível, o mais explícito e revelador — os próprios Painéis. E

continuei dizendo a minha imensa satisfação por ter verificado um dia que essa obra-prima estava completa, nos seis painéis do Políptico, a que não faltava tábua alguma — e completas todas elas, até ao limite da sua superfície.

Devidamente estudada, ela daria toda a possibilidade de acertar com o seu significado e com o nome do autor.

Não era de lamentar tanto a falta do documento de que constasse a encomenda, como seria o da própria obra, e fraca consolação teríamos se aparecesse esse documento e não possuíssemos a pintura. Neste caso o mal seria sem remédio — ao passo que, com a pintura e sem encomenda, o problema, como tantos outros análogos, era resolúvel desde que, dispondo de dados precisos, se seguissem os bons métodos de resolução habituais.

De que melhores dados poderíamos dispor, se temos o Políptico inteiro, falando a linguagem clara da pintura mais objectiva?

(Continua nas páginas centrais)

POETAS?

— SÓ COM A COLEIRA DA FILIAÇÃO É AS QUOTAS EM DIA...

No nosso suplemento de «Quinta-Feira», do passado dia 23, inserimos o regulamento do Grande Prémio de Poesia e do Grande Prémio de Teatro, instituídos pela Sociedade Portuguesa de Escritores, com o patrocínio da Fundação Calouste Gulbenkian. Certos de que servimos a nobre independência que deverá sempre presidir à criação de uma obra de Arte, registamos, e com estranheza, o deplorável espírito que anima aquele documento. Logo se verifica, pela sua rápida leitura, esta singular enormidade:

Todos os concorrentes têm de ser sócios da Sociedade Portuguesa de Escritores. Esta delicada limitação, diminuindo naturalmente a repercussão dos prémios, tanto de Teatro como de Poesia, especialmente de Poesia, obriga os nossos poetas à coleira da filiação e à obrigatoriedade do pagamento das respectivas quotas... E, assim, se se entender que sócio, no exacto sentido que se conclui pela leitura do citado regulamento, é aquele indivíduo que cumpre os seus deveres para com a sociedade também já citada, um poeta com possibilidades de ser premiado — tem que ter, antes de talento, as quotas em dia... E, neste caso, um poeta de génio não terá o direito de concorrer — se não for sócio... Logo, o prémio, em si, se vale, sem dúvida, pelo dinheiro, não vale como prova, mesmo discutível, do altíssimo valor do prémio.

Resulta da leitura do lamentável documento um condensado espírito de «clans», a obrigatoriedade de uma determinada arregimentação, um adulterado espírito de classe e um registo de princípios profissionais, do que parece redigido por amadores sem qualquer consciência profissional, de profissional, seja ele de que mister for. Creemos bem que não foi esta a ideia generosa e simpática, tanto de aplaudir e de acarinhar, que animou as primeiras reuniões preparatórias que levaram à formação da supracitada sociedade.

Acontece ainda que, segundo este regulamento, os jurés destes dois prémios de Poesia e Teatro têm de ser também obrigatoriamente sócios da Sociedade Portuguesa de Escritores. (Menos um juiz no prémio de Teatro, substituído por um actor de nome consagrado). Por seu turno, abre-se uma excepção para os concorrentes a este mesmo prémio: podem não ser sócios os autores das peças já representadas, mas que ainda não tenham sido publicadas.

A nossa ancestral pobreza franciscana não permite o medrar de sociedades cujos sócios, pela natureza das próprias sociedades, vivam com pouco ou nenhum desajogo económico. Isto não justificaria, porém, esta caçada à quota e este engodo à filiação...

Acima de tudo, a exigência limitada a concorrência, ofensa o valor moral dos prémios e pode ser a origem de problemas e dolorosas injustiças.



Armindo Monteiro

A NAÇÃO PORTUGUESA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

POR UMA LINDA MANHÃ DE OUTONO, NA CAPITAL BRITÂNICA...

Conversa do Embaixador de Portugal em Londres com o Secretário de Estado britânico dos Negócios Estrangeiros no Foreign Office, em 23 de Setembro de 1937, às 11 horas da manhã.

MUITO CONFIDENCIAL. — Quando abrem a porta do ascensor dou de frente com Eden. Com palavras juvenis de saudação, faz-me entrar para o gabinete. Está uma manhã de sonho, pesa no ar, como um véu enorme, uma ligeira neblina; ao longe, no fim da Horse Guards Parade, os grandes edifícios perderam a dureza das suas cores e das suas linhas; os cimos das árvores em St. James's Park, já avermelhados pelo Outono, aparecem-nos dourados por não sei que misteriosa luz que se não vê na atmosfera e só parece materializar-se ao tocar as coisas. Da grande janela do gabinete ficamos um instante, calados, a olhar as cores maravilhosas, irreais, que tudo tem à nossa volta. Desprendendo-se bruscamente da sua contemplação, Eden solta um britânico nice morning — homenagem à pura beleza desta manhã de Outono e limite extremo das concessões que o seu espírito prático de inglês se permitia fazer à expansão poética.



Anthony Eden



Alberto de Sousa era um fino ilustrador, como se vê por este desenho, que evoca uma reunião mundana e foi publicado na «Ilustração»

UM ILUSTRADOR E UMA ÉPOCA

A obra de Alberto de Sousa, há pouco desaparecida, a ilustração ultrapassou a aguarela. Os seus primeiros cartões trouxeram uma ligeira revolução na pintura

com água, que Roque Gameiro e a sua dinastia, haviam já colocado em plano alto.

As aguarelas de Alberto de Sousa tiveram audiência, exactamente porque o processo revelava um pouco de novidade. Houve quem visse na obra do saudoso pintor uma aproximação ao impressionismo que no período áureo da sua vida artística dominava o panorama das artes plásticas. Pode-se atribuir a Alberto de Sousa uma mensagem renovadora do processo, que colocou a sua obra entre o romantismo e o impressionismo.

A aguarela de Alberto de Sousa, nessa fase era pura ilustração. As suas composições, tanto na delicadeza do desenho como no equilíbrio plástico ilustravam o «fait-divers», desde as figurinhas delicadas da rapariga portuguesa aos tipos populares e regionais.

A «Reunião Mundana», publicada na «Ilustração», que hoje reproduzimos, documenta a qualidade de ilustrador de Alberto de Sousa. Observa-se a finura do traço das personagens, a movimentação das figuras e um pouco do sentido interior do tema. Na sua época, Alberto de Sousa era o ilustrador número um, exactamente porque nas suas composi-

(Continua na 5.ª pág.)

queixa — acerca da Conferência de Nyon. Nada estava mais longe da minha ideia do que afeiasar Portugal das conversas havidas se pudesse pensar que elas alguma coisa o interessavam. Quando os Franceses me falaram primeiro no caso quis limitar a conferência às potências do Mediterrâneo. Nem sequer as do

(Continua na 5.ª pág.)

LONDRES

Por ALBERTO DE LACERDA

LONDRES que a distância evoca em traços verticais Ao longo dum rio denso como as trevas: Um tragar de floresta desencanta Do fundo dos tempos a cidade heróica Que o Sol fitou de frente no cataclismo de Turner E nos parques lunares terraços que lutam

Cidade-barco (marinheiros-fantasma)
Transfiguração nocturna deserto habitado
Ritmo alucinante mão apaziguadora
Ternura criminosa solidão amante

Ó planeta dentro dum planeta
Ó sempre do pertil e de frente ó sibila

De mil vozes

Vozes que eu amo com a paixão dum deus

RIO, JAN. 66

QUINTA-FEIRA à tarde

N.º 256

DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR • DIÁRIO POPULAR

